

A CONTRIBUIÇÃO DO PERFIL DISCENTE PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS EM UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Naiara Ramos Souza ¹

RESUMO

O presente trabalho procurou apresentar as perspectivas teóricas e exploratórias acerca da importância de conhecer o perfil dos estudantes de uma instituição de educação, notadamente em relação ao atendimento de demandas sociais que requerem a formulação de políticas para garantir a permanência estudantil e o direito à educação. Para a discussão, foram realizados levantamentos bibliográfico e documental, sendo parte de pesquisa que vem sendo desenvolvida ao longo dos estudos de mestrado em gestão e tecnologias aplicadas à educação. Primeiramente, aborda-se sobre a instituição de ensino em que o problema de pesquisa foi identificado. Em seguida, o processo de formulação de política pública é explorado para contextualizar a política social, considerando o seu papel no atendimento às necessidades sociais. E por fim, a política educacional brasileira é discutida para expressar o seu desenvolvimento no que concerne à assistência estudantil. Os resultados demonstraram que para garantir o direito à educação é preciso conhecer a realidade dos estudantes como ferramenta de gestão educacional para que as políticas institucionais sejam eficientes no atendimento às demandas existentes.

Palavras-chave: políticas públicas, gestão da educação, assistência estudantil.

INTRODUÇÃO

A gestão educacional do Instituto Federal Baiano, instituição de ensino multicampi, deve ser realizada da forma mais condizente possível com a realidade em que está inserida. Entretanto, com os trâmites de trabalho atuais conhece-se um público muito reduzido dos estudantes, não considerando a realidade de todo o corpo discente para a proposição de políticas institucionais. Diante disso, propõe-se pesquisar a contribuição do perfil dos estudantes do Instituto Federal Baiano para a formulação de políticas educacionais.

Discutir política pública vem ganhando notoriedade devido à importância de entender não somente como se configuram as ações do poder público para os problemas públicos, mas também para que seja possível formular políticas cada vez mais eficazes e eficientes, contando com etapas fundamentais que permitem viabilizar a elaboração de estratégias para intervenção pública com ações que promovam a melhoria da situação identificada.

¹ Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). Mestranda em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - UNEB. E-mail: nai_ramos@hotmail.com

As políticas educacionais são políticas públicas que estão situadas no rol das políticas sociais. Por isso, é preciso entender como se dá a intervenção pública através de políticas sociais e a sua abrangência no atendimento aos problemas existentes, para então compreender de que forma está caracterizada a política educacional no cenário brasileiro e especialmente a assistência estudantil para atendimento às demandas que podem dificultar a permanência.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida foi de caráter exploratório, com análise qualitativa, através de estudo bibliográfico, trabalhando a partir das categorias política pública, política social, política educacional e assistência estudantil, e estudo documental, utilizando-se a legislação vigente no que concerne a políticas de educação e assistência estudantil, além de documentos relacionados à instituição educacional, em função da necessidade de revisar a literatura e atualizar o referencial teórico para a investigação na área de gestão da educação.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO PROBLEMA DE PESQUISA

O Instituto Federal Baiano (IF Baiano), de acordo com a Lei nº 11.892/2008, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Atualmente, é composto pelos *Campi* Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Valença e Xique-Xique, além da Reitoria em Salvador.

A Coordenação Geral de Assistência Estudantil (CGAE) está vinculada à Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), estando dentre as atribuições, de acordo com a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, assessorar a Diretoria de Assuntos Estudantis na coordenação e acompanhamento das ações, projetos e programas da Política de Assistência Estudantil e prestar orientação e assessoria aos *Campi* nas ações concernentes à Assistência Estudantil.

Para acesso a alguns dos benefícios dos Programas de Assistência Estudantil, o estudante preenche um questionário socioeconômico que serve como instrumento para conhecimento da realidade. No entanto, esse mecanismo tem se limitado apenas aos discentes que requerem auxílios estudantis no Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante

(PAISE) e no Programa de Auxílios Eventuais, e, devido a não informatização desse processo esses dados acabam não sendo tabulados e informações importantes são arquivadas.

É possível perceber que, além da Assistência Estudantil, outras áreas de trabalho no Instituto Federal Baiano contam com a imprescindibilidade do perfil dos alunos para o seu desenvolvimento. Como exemplo, está previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2015 – 2019 como objetivo estratégico a consolidação e ampliação das políticas inclusivas e afirmativas, tendo como um dos meios de avaliação a aferição do grau de inclusão social por meio do perfil socioeconômico.

Tem-se também no PDI atual que, com o propósito de desenvolver ações efetivas e eficazes que possibilitem a permanência, a conclusão com êxito da formação profissional e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida, serão considerados o perfil e a realidade dos estudantes na organização curricular dos cursos do IF Baiano, viabilizando itinerários formativos para a verticalização dos estudos e inserção qualificada no mundo do trabalho.

Da mesma forma, para a proposição de novos cursos a serem implantados pela Instituição, além do estudo de demanda da comunidade e pesquisa sobre dados socioeconômicos da região levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é necessário identificar o perfil do corpo discente, com o intuito de conhecer a realidade deles a fim de promover a verticalização do ensino.

A gestão educacional de uma instituição de ensino deve ser realizada da forma mais condizente possível com a realidade em que está inserida, devendo buscar mecanismos que possam assegurar a realização de uma pesquisa que obtenha resultados de maneira que melhor se aproxime de sua realidade. Entretanto, com os trâmites de trabalho atuais conhece-se um público muito reduzido dos estudantes, não considerando a realidade de todo o corpo discente para a proposição de políticas educacionais.

Considerando que o IF Baiano possui 14 *Campi* e que a Reitoria realiza um trabalho geral de gestão educacional do Instituto, é necessário partir desta última a realização de uma pesquisa com enfoque sobre o perfil dos estudantes, tendo em vista que precisamos não somente conhecer o perfil do corpo discente para a promoção de políticas educacionais para toda a Instituição mas também que sejam observadas as especificidades de cada unidade de ensino para que a própria gestão local possa pensar em políticas internas.

POLÍTICA PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL

Muller e Surel (2002) afirmam que a análise das políticas públicas se defronta com a dificuldade em lidar com o caráter polissêmico do tempo “política”, pois para os autores de língua inglesa existem diferentes termos: *polity* (a esfera da política), *politics* (a atividade política) e *policies* (a ação pública). O termo “política pública” (*public policy*) está associado ao sentido do termo *policies*, que, segundo os autores, “designa o processo pelo qual são elaborados e implementados programas de ação pública, isto é, dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos”.

De acordo com Secchi (2010), política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, tendo como elementos fundamentais a intencionalidade pública e a resposta a um problema público. Souza (2006) defende que “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

Souza (2006, p. 28), baseando-se nos estudos de Lowi (1964; 1972), explica os quatro formatos que a política pública pode assumir:

O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. **O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros [...].** O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. (grifos meus)

A autora infere que cada tipo de política pública irá enfrentar diversas formas de apoio e de rejeição. Aqui, cabe ressaltar a política redistributiva por assim ser classificada a assistência estudantil (a ser discutida mais adiante), considerando que os benefícios concedidos para atendimento aos estudantes são direcionados a determinados perfis definidos legalmente em detrimento de outros grupos que não são beneficiados.

Para Secchi (2012), o processo de elaboração de políticas públicas, também conhecido como ciclo de políticas públicas (*policy cycle*), é constituído por sete fases sequenciais e interdependentes, sendo elas: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. No entanto, segundo o autor, o ciclo de políticas públicas raramente representa a real dinâmica de uma política pública, pois geralmente as fases acontecem misturadas e com as sequências se alternando.

Pereira e Stein (2010) discutem que as políticas são formuladas com o intuito de se

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

obter rápidos resultados, baseando-se em pouco conhecimento sobre a realidade social, o que faz com que as necessidades da população não sejam respondidas adequadamente. Os interesses individuais focados restringem-se a acontecimentos mais emergentes de uma pequena parcela da sociedade, na qual os pobres se transformam em vítimas da proteção social que é pensada para a totalidade e não se direciona para os seus problemas.

Sob o ponto de vista da realidade brasileira, Pereira e Stein (2010) afirmam que as estratégias focalistas e discriminatórias foram fortalecidas por apresentar mais racionalidade do que a universalidade, já que não desperdiça recursos escassos e não ignora as individualidades. A partir daí, tais políticas revelam-se problemáticas ao restringir o papel do Estado na proteção social e promover a aceitação da desigualdade social como fato natural, desviando o compromisso com as necessidades devido à complexidade e adotando soluções técnicas aparentemente neutras.

A adoção do princípio da universalidade seria fundamental por ter o objetivo democrático de não discriminar os cidadãos no seu acesso a bens e serviços públicos, sem estabelecer critérios desiguais de elegibilidade que corrompe a cidadania. Porém, a seletividade se sobrepôs à universalidade devido à complexidade de se universalizar as políticas em sociedade de classes, e a política pública prevaleceu sendo seletiva por se aplicar com mais eficácia e menos custos com os projetos desenvolvidos para a focalização na pobreza.

Tanto o princípio da universalidade como o da seletividade pode garantir a construção de redes de proteção social, diferindo-se apenas nos instrumentos utilizados pela gestão das políticas públicas para alcançar seus objetivos. Devido a isso, a conjunção entre eles torna-se difícil, pois a seletividade desconstrói a universalidade, já que a primeira está centrada em estratégias na minimização das necessidades humanas para a defesa dos gastos públicos, confrontando-se com a segunda.

O Estado interfere, através de políticas públicas, quando são apresentadas as necessidades sociais dos cidadãos, que contém a precariedade no provimento de condições materiais e imateriais de sobrevivência. A política social cumpre um papel fundamental e estratégico de contribuir para a universalização das políticas públicas, procurando não só reconhecer as necessidades, mas garantir a ampliação e a abrangência da proteção social, constituindo-se como uma estratégia para redistribuir as riquezas baseado no princípio da universalidade com equidade.

POLÍTICA EDUCACIONAL E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Vieira (2007 apud Freitas, 1987) infere que a política educacional é um caso particular das políticas sociais e apresenta as seguintes definições para melhor compreensão:

A Política Educacional (assim, em maiúsculas) é uma, é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as políticas educacionais (agora no plural e em minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais (...) se há de considerar a Política Educacional como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como políticas públicas que se dirigem a resolver questões educacionais (VIEIRA, 2007 apud PEDRO; PUIG, 1998).

As políticas educacionais, portanto, representam as ideias e ações governamentais através de políticas públicas de cunho social a fim de intervir e resolver problemas relacionados à educação. Vieira (2007) explica que as intenções do Poder Público são traduzidas em políticas, as quais ao serem transformadas em práticas (operacionalizadas através de ações) se materializam na gestão. O autor acrescenta ainda que a gestão pública é integrada por três dimensões: valor público (intencionalidade), condições de implementação (viabilidade) e condições políticas (aceitabilidade).

Com base em Saviani (2008), ao conhecer o processo histórico da educação no Brasil, afirma-se que a política educacional brasileira passou por distintas implicações, com diversas propostas e limitações em sua história. É possível perceber que a educação no Brasil sempre foi acompanhada de recursos financeiros insuficientes para o seu desenvolvimento. Soma-se a isso o fato de ocorrerem inúmeras reformas na política educacional, fazendo com que as ações sofram o impacto da descontinuidade que não permite a resolução de problemas que se perpetuam e o fortalecimento da política pública de educação.

A Constituição Federal de 1988 institui a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, a ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, estabelecendo ainda como um dos princípios para o ensino a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

De acordo com a Constituição, compete privativamente à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, o que torna a União responsável pela coordenação, articulação e redistribuição dos sistemas de ensino organizados em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Essa função é reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996, que destaca o papel da União no

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

direcionamento das ações públicas na área da gestão educacional.

Para a Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE, conforme Chaves et al. (2014, p. 4-5), “a gestão educacional é o processo político-administrativo contextualizado e historicamente situado, por meio do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada”. É assim que surgem as políticas de educação, a partir de contextos que favorecem a proposição de intervenções em problemas sociais que reclamam atenção do poder público.

Imperatori (2017), ao discutir sobre a trajetória da assistência estudantil na educação brasileira, apresenta, em consonância com Vasconcelos (2010), que a trajetória da assistência estudantil e da assistência social estão conectadas, sendo resultantes da luta de movimentos sociais no contexto de redemocratização do país. Nesse cenário, surgiram então o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que defendiam a integração regional e nacional das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Através do Decreto nº 7.234/2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, para promover ações em diversas áreas, devendo considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, a melhoria do desempenho acadêmico e a prevenção de situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Essa conquista foi fruto de esforços coletivas de dirigentes, docentes e discentes e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público (IMPERATORI, 2017, p. 294 apud VASCONCELOS, 2010, p. 405).

O PNAES abrange ações de assistência estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Diante disso, percebe-se que, como aponta Imperatori (2017, p. 295), “a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando garantir um padrão de proteção social amplo”. No entanto, são estabelecidos critérios para acesso à assistência estudantil, o que denota o caráter focalizador dessa política por restringir o perfil de seus beneficiários.

A execução do PNAES é descentralizada, o que permite às instituições terem
(83) 3322.3222
contato@joinbr.com.br
www.joinbr.com.br

autonomia para gerenciar os recursos disponibilizados de acordo com as suas necessidades locais. Acrescenta-se ainda que a autonomia conferida às escolas pela LDB apresenta uma maior responsabilidade da gestão escolar para o desenvolvimento de ações que refletem no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Assim, mostra-se necessário considerar o perfil discente para atender às especificidades que contribuem na permanência estudantil.

Segundo Araújo (2011, p. 287), “o direito à educação pressupõe o papel ativo e responsável do Estado tanto na formulação de políticas públicas para a sua efetivação, quanto na obrigatoriedade de oferecer ensino com iguais possibilidades para todos”. Devido a isso, é preciso conhecer a realidade do público atendido como ferramenta de gestão educacional para que as políticas institucionais não acabem reforçando as desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são elaboradas para enfrentar problemas públicas que precisam de intervenção para serem resolvidos. O ciclo de políticas públicas é composto por sete fases fundamentais para a formulação de uma política pública que busca apresentar uma solução para um problema que ganhou relevância pública. É importante estudar e definir cada etapa do processo com o intuito de resultar em uma ação pública eficiente, com resolução ou melhorias significativas.

As políticas sociais aparecem como mecanismos para intervenção em problemas emergentes, avaliados como necessidades que precisam de rápidos resultados. Dessa forma, conhece-se pouco a realidade das demandas apresentadas, o que reflete na construção de uma ação pública que não atende às reais necessidades. O caráter focalizador das políticas sociais restringem o acesso e atendimento a grupos específicos, fazendo com que seja constituída como estratégia para redistribuir as riquezas mas sem garantir a universalidade para a redução eficiente das desigualdades sociais.

As políticas educacionais são efetivadas a partir da atuação da gestão para resolver problemas na área da educação, destacando-se a assistência estudantil com a legislação brasileira que direciona a promoção de estratégias a fim de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública. Tendo em vista a autonomia das instituições para o desenvolvimento de ações que considerem suas especificidades, é possível inferir que para garantir o direito à educação é preciso conhecer a realidade dos estudantes

como ferramenta de gestão educacional para que as políticas institucionais sejam eficientes no atendimento às demandas existentes.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, G. C. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”. **Educar em Revista**, n. 39. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 279-292.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- _____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- _____. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – Decreto n.º 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
- CHAVES, V. L. J.; GUTIERRES, D. V. G.; MENDES, O. da C.; RIBEIRO, M. E. da S. Gestão da Educação: Uma revisão conceitual na perspectiva de análise do Plano de Ações Articuladas - PAR. In: IV Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VII Congresso Luso Brasileiro de Política e Administração da Educação. **Anais eletrônicos...** Porto: 2014. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT1/GT1_Comunicacao/VeraLuciaJacobChaves_GT1_integral.pdf>. Acesso em: 18 ago 2019.
- IFBAIANO. **Resolução CONSUP n.º 02, de 05 de fevereiro de 2015**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do período de 2015 a 2019 do Instituto Federal Baiano.
- IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, maio/ago. 2017, p. 285-303.
- MULLER, P.; SUREL, Y.; [traduzido por] BAVARESCO, A.; FERRARO, A. R. **A Análise das Políticas Públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2002.
- PEREIRA, P. A. P; STEIN, R. H. Política social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. BOSCHETTI, Ivanete et al. (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 106-130.
- SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas. **Revista de Educação**, PUC-Campinas/SP, n. 24, p. 7-16, junho, 2008.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 1ª reimp. da 1ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

_____. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples.

RBPAE, v. 23, n. 1, jan.abr. 2007, p. 53-69.